

## Reforma Psiquiátrica

\***Autor:** TENORIO, Fernando.

**Título:** A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceitos.

**Fonte:** *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, jan./abr. 2002, vol.9, no.1, p.25-59.

**Resumo:** O artigo faz uma revisão da reforma psiquiátrica brasileira nas décadas de 1980 e 1990, até a promulgação da Lei de Saúde Mental, em abril de 2001. Aborda os conceitos básicos que distinguem o processo atual de iniciativas anteriores. Apresenta os antecedentes do processo atual; os conceitos e valores que caracterizam a reforma brasileira; as experiências inaugurais de Santos (SP) e do Centro de Atenção Psicossocial (Caps) Luiz Cerqueira em São Paulo; a iniciativa de revisão legislativa, com uma análise da lei finalmente aprovada; a tendência das políticas públicas de saúde mental no período aqui abarcado, incluindo as portarias 224/92 e 106/2000 do Ministério da Saúde; a situação atual do processo de substituição asilar no país e a reestruturação da assistência no município do Rio de Janeiro.

\***Autor:** ALARCON, Sergio.

**Título:** Da reforma psiquiátrica à luta pela 'vida não-fascista'.

**Fonte:** *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, maio/ago. 2005, vol.12, no.2, p.249-263. ISSN 0104-5970.

**Resumo:** Este artigo procura decifrar a reforma psiquiátrica a partir da suposição de que em seu bojo convivem determinações teórico-práticas distintas, ora associadas, ora concorrentes. De início, abordamos a questão de forma conceitual. Posteriormente, um breve histórico procura resgatar as motivações emancipatórias da reforma. Por fim, sustentamos uma pequena análise sobre essas determinações, com o intuito de iniciar um debate quanto às modificações estratégicas que o movimento deve empreender para evitar retrocessos em suas práticas.

\***Autor:** AMARANTE, Paulo.

**Título:** Uma aventura no manicômio: a trajetória de Franco Basaglia.

**Fonte:** *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, jul./out. 1994, vol.1, no.1, p.61-77. ISSN 0104-5970.

**Resumo:** O processo de transformações no campo da saúde mental e das reformas psiquiátricas mantém estreitas relações com as questões práticas e teóricas surgidas a partir da experiência de Franco Basaglia. O presente texto propõe-se a refletir sobre sua trajetória, destacando os princípios conceituais e referências teóricas por ele operados, e procurando demarcar o caráter singular de suas contribuições em relação ao projeto atual de desinstitucionalização em psiquiatria. Basaglia opera uma ruptura ao exercer um profundo questionamento sobre o saber e as instituições psiquiátricas, o que possibilita um novo quadro epistemológico e, conseqüentemente, cultural e assistencial no lidar com a loucura. Partindo da constatação de que esta obra é muito pouco conhecida, este texto procura revisitar o pensamento de Basaglia, sublinhando a originalidade de suas contribuições e atentando para a necessidade de seu melhor conhecimento por parte daqueles que se dedicam ao campo da saúde mental e das instituições sociais.

\***Autor:** FREITAS, Fernando Ferreira Pinto de e RIBEIRO, Guilherme Almeida.

**Título:** Reforma psiquiátrica e exclusão: as experiências de Reggio Emilia a Perugia

**Fonte:** *Estud. psicol. (Natal)*, set./dez. 2006, vol.11, no.3, p.307-314. ISSN 1413-294X.

**Resumo:** O artigo pretende reanimar uma problemática que preencheu o debate dos movimentos de reforma psiquiátrica nos anos 60 e 70 do último século: alternativas à exclusão. Após uma revisão da crítica aos fundamentos da assistência psiquiátrica orientada historicamente pelo modelo asilar, os autores fazem uma reconstrução de duas experiências da reforma psiquiátrica italiana que podem ser hoje consideradas como exemplares: Reggio Emilia e Perugia. Na medida em que o

paradigma da assistência se desloca do asilo para o território, que desafios temos hoje que enfrentar para garantir que a assistência pós-asilar não se sustente pela "exclusão"?

**\*Autor:** FURTADO, Juarez Pereira.

**Título:** Avaliação da situação atual dos Serviços Residenciais Terapêuticos no SUS.

**Fonte:** *Ciênc. saúde coletiva*, jul./set. 2006, vol.11, no.3, p.785-795. ISSN 1413-8123.

**Resumo:** Os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs) para egressos de longas internações psiquiátricas vêm se consolidando como estratégia eficaz para a desinstitucionalização de pacientes internados há anos em hospitais psiquiátricos. No entanto, o número destes equipamentos está aquém do necessário, se considerada a clientela potencial de beneficiários. No presente artigo, buscamos identificar e discutir questões determinantes do descompasso entre clientela potencial e oferta dessas residências nos diferentes municípios do País. Para isso, consideramos o que dizem importantes atores sociais, como gestores e trabalhadores da assistência, por meio da análise de textos por eles escritos ou que registram seus respectivos debates realizados sobre o presente tema. Concluímos que os fatores estabelecidos, desde o início, como alvo principal da reforma psiquiátrica a necessidade de transformação das mentalidades em relação à loucura e a implicação dos gestores municipais são ainda atuais e determinariam os entraves para a expansão dos SRTs no Brasil.

**\*Autor:** GONÇALVES, Alda Martins e SENA, Roseni Rosângela de.

**Título:** A reforma psiquiátrica no Brasil: contextualização e reflexos sobre o cuidado com o doente mental na família.

**Fonte:** *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, mar./abr. 2001, vol.9, no.2, p.48-55. ISSN 0104-1169.

**Resumo:** O presente trabalho analisa as conseqüências da reforma psiquiátrica brasileira sobre o cuidado do doente mental na família. Trata-se de um estudo descritivo-exploratório de abordagem qualitativa, cuja fundamentação teórico-metodológica foi orientada pelo materialismo histórico-dialético. Os sujeitos da pesquisa foram onze mulheres que cuidam de doente mental em família. A análise de seus discursos revelou singularidades do cuidar de um doente mental na família e as dificuldades decorrentes deste processo acentuadas pela desinstitucionalização do doente mental. Concluiu-se que a mulher, cuidadora do doente mental, cumpre um papel social importante e indispensável na consolidação da reforma psiquiátrica no país.

**\*Autor:** PAIVA, Ilana Lemos de e YAMAMOTO, Oswaldo H.

**Título:** Em defesa da reforma psiquiátrica: por um amanhã que há de nascer sem pedir licença.

**Fonte:** *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, abr./jun. 2007, vol.14, no.2, p.549-569. ISSN 0104-5970.

**Resumo:** Este trabalho constitui um estudo acerca do processo histórico de implantação da reforma psiquiátrica no estado do Rio Grande do Norte, destacando-se os atores envolvidos, sua trajetória, conquistas e avanços, e as perspectivas atuais desse movimento em concretizar os ideais de ressocialização do portador de doença mental. Foi necessário compreender o processo ocorrido na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 1992, por essa experiência ter impulsionado as reflexões sobre a reforma psiquiátrica em todo o estado. Seguiu-se a análise documental de relatórios, legislações e prontuários, bem como a coleta de depoimentos dos envolvidos no processo, buscando construir a identidade dos atores sociais e analisar sua percepção dos fatos, ressaltando congruências e incongruências a respeito da história da reforma psiquiátrica local.

**\*Autor:** PAULIN, Luiz Fernando e TURATO, Egberto Ribeiro.

**Título:** Antecedentes da reforma psiquiátrica no Brasil: as contradições dos anos 1970.

**Fonte:** *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, maio/ago. 2004, vol.11, no.2, p.241-258.

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é a reconstituição histórica do período imediatamente anterior àquele que se denominou Movimento de Reforma Psiquiátrica no Brasil. Os marcos desse período são a criação do INPS, em 1967, e o momento em que ganhou destaque o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental, em 1978. Discutem-se as contradições da política oficial de saúde mental no país, enfocando critérios técnicos influenciados pelo modelo preventivista norte-

americano, e a prática de financiamento e fortalecimento das instituições psiquiátricas privadas, em detrimento das ações comunitárias. Embora a maioria dos documentos oficiais da década de 1970 apresente uma proposta claramente voltada para as ações comunitárias, o que se observou foi a cristalização do modelo de compra de leitos psiquiátricos em hospitais privados pelo poder público.

\***Autor:** GASTAL, Fábio Leite, LEITE, Sérgio Olivé, FERNANDES, Fabiana Nery *et al.*

**Título:** Reforma psiquiátrica no Rio Grande do Sul: uma análise histórica, econômica e do impacto da legislação de 1992

**Fonte:** *Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul*, jan./abr. 2007, vol.29, no.1, p.119-129. ISSN 0101-8108.

**Resumo:** Os autores apresentam uma análise da reforma psiquiátrica do Rio Grande do Sul, utilizando uma perspectiva histórica e uma abordagem por três vertentes: a psiquiatria institucional; os desenvolvimentos na área extra-hospitalar; e as políticas de saúde implementadas ao longo dos anos. A partir do referencial adotado, foi revisada a experiência brasileira e a do Rio Grande do Sul em particular, tendo como fontes: os bancos de dados MEDLINE e Lilacs e documentos oficiais do Ministério da Saúde e da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul. Hoje, após 14 anos da promulgação da Lei Estadual nº 9716, que dispõe sobre a reforma psiquiátrica no Rio Grande do Sul e determina a substituição progressiva dos hospitais psiquiátricos por uma rede de atenção integral em saúde mental, nota-se que o número de leitos psiquiátricos foi reduzido em 35%, e a proposta de implantação da rede "alternativa" de assistência ao doente mental não foi implementada da forma preconizada, tampouco de maneira igualitária. Tendo em vista que os atuais desafios, tais como o fenômeno da "porta giratória" e o paciente crônico, refletem a necessidade de extensão dos cuidados primários e secundários, a experiência do Rio Grande do Sul permite pôr em discussão a possibilidade de modificação da estratégia, de tal modo que, ao invés de tentar estruturar um "sistema dentro do sistema", como hoje está colocado, possa-se tirar melhor proveito da integração da saúde mental aos programas-eixo do SUS, como o Programa de Saúde da Família e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde.

\***Autor:** OLIVEIRA, Alice Guimarães Bottaro de e ALESSI, Neiry Primo.

**Título:** Cidadania: instrumento e finalidade do processo de trabalho na reforma psiquiátrica.

**Fonte:** *Ciênc. saúde coletiva*, jan./mar. 2005, vol.10, no.1, p.191-203. ISSN 1413-8123.

**Resumo:** A reforma psiquiátrica apresentou a necessidade de resgate dos direitos de cidadania para os doentes mentais, no contexto brasileiro, a partir do final do século 20. Busca-se analisar a cidadania como instrumento e finalidade do processo de trabalho das equipes de seis instituições de atenção extra-hospitalar em saúde mental, da rede pública de Cuiabá (M)T, no segundo semestre de 2001. Utiliza-se a dialética marxista como referencial teórico-metodológico. Apesar de se afirmar os direitos de cidadãos para os "pacientes", agora denominados "usuários" dos serviços, o paradoxo entre o conceito de cidadania e "doente mental" não foi problematizado e, portanto, não resulta em atitudes terapêuticas que possibilitem ou assegurem a participação cidadã de profissionais e usuários. A cidadania corresponde a uma abstração, excluída da esfera de trabalho e/ou tratamento. No trabalho alienado não se explicita a situação contraditória na qual os trabalhadores são agentes que operam saberes e práticas tradicionalmente excludentes e, simultaneamente, necessitam superar esse papel e produzir práticas de atenção psicossocial que respeitem o cidadão portador de transtorno mental.

\***Autor:** SADIGURSKY, Dora e TAVARES, José Lucimar.

**Título:** Algumas considerações sobre o processo de desinstitucionalização.

**Fonte:** *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, abr. 1998, vol.6, no.2, p.23-27.

**Resumo:** Este artigo desenvolve algumas considerações sobre o processo de desinstitucionalização. Para tanto, considera as dificuldades em se reverter a concepção e o estigma da loucura na sociedade, conformada ao longo da história, assim como, a consolidação de uma infra estrutura necessária a esse processo, a qual mantém relação direta com todos os sujeitos sociais e determinações políticas.

\***Autor:** SANTOS, Núbia Schaper, ALMEIDA, Patty Fidelis de, VENANCIO, Ana Teresa *et al.*

**Título:** A autonomia do sujeito psicótico no contexto da reforma psiquiátrica brasileira.

**Fonte:** *Psicol. cienc. prof.* [online]. dez. 2000, vol.20, no.4, p.46-53.

**Resumo:** Mais de uma década após o início do movimento pela Reforma Psiquiátrica no Brasil, novas modalidades de assistência ao dito "louco" como CAPS, NAPS, hospitais-dia, foram implementadas. Nesse sentido, o momento atual parece ser de reflexão e avaliação destas práticas com vistas a apontar quais transformações podem ser assinaladas em decorrência das mesmas

\***Autor:** PASSOS, Izabel Christina Friche.

**Título:** Cartografia da publicação brasileira em saúde mental: 1980 - 1996.

**Fonte:** *Psic.: Teor. e Pesq.*, set./dez. 2003, vol.19, no.3, p.231-239. ISSN 0102-3772

**Resumo:** O objetivo do presente estudo é mapear a ocorrência, importância e evolução da investigação científica pertinente ao processo de reforma psiquiátrica em curso no Brasil nas duas últimas décadas. A partir de levantamento por amostragem, feito no banco de dados LILACS - *Literatura Latino-Americana en Ciencias de la Salud*, traçam-se tendências e características das publicações desse período em que ocorreram acentuadas mudanças nas práticas e nos discursos que povoam o campo da saúde mental no país.

